

cias de Royalties recebidas (R\$ 858.999.300,68 - oitocentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e nove mil e trezentos reais e sessenta e oito centavos), mais os rendimentos financeiros (R\$ 42.920.486,58 - quarenta e dois milhões, novecentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos). Na tabela seguinte explicou a execução das despesas por órgão, considerando o valor total deliberado, o somatório do Superávit 2021 R\$ 223.673.944,20 (duzentos milhões seiscentos e setenta e três mil novecentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos) e a LOA atualizada 2022 R\$ 855.186.412,00 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e doze reais), totalizando R\$ 1.078.860.356,20 (um bilhão, setenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos). Prosseguiu com a execução do FISED em 2022 no valor de R\$760.030.107,53 (Setecentos e Sessenta Milhões e Trinta Mil e Cento e Sete Reais e Cinquenta e Três Centavos), equivalente a 70,45% do total disponibilizado, sendo: SEPOL R\$202.872.499,80 (duzentos e dois milhões oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), tendo executado (pagou) R\$ 105.374.832,64 (cento e cinco milhões trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos) e inscrito em restos a pagar R\$ 46.352.592,44 (quarenta e seis milhões trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos); percentual execução/ deliberado 74,79%; SEPM: R\$ 321.260.642,40 (trezentos e vinte e um milhões duzentos e sessenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), tendo executado (pagou) R\$ 212.317.028,80 (duzentos e doze milhões trezentos e dezessete mil, vinte e oito reais e oitenta centavos) e inscrito em restos a pagar R\$ 50.415.772,85 (cinquenta milhões quatrocentos e quinze mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos); percentual execução/ deliberado 81,78%; SEAP: R\$ 120.624.713,38 (cento e vinte milhões seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e treze reais e trinta e oito centavos), tendo executado (pagou) R\$ 108.728.624,55 (cento e oito milhões setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) e inscrito em Restos a pagar R\$ 11.137.343,01 (onze milhões cento e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e três reais e um centavo); percentual execução/ deliberado 74,79%; SEGOV: R\$ 103.523.480,18 (cento e três milhões quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e doze centavos), tendo executado (pagou) R\$ 17.729.945,58 e inscrito em restos a pagar R\$ 2.756.577,07; percentual execução/ deliberado 19,79%. SEDSODH: R\$ 273.368.193,14 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e três reais e quatorze centavos), tendo executado (pagou) R\$ 269.246.760,64 (duzentos e sessenta e nove milhões duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos) e inscrito em restos a pagar R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais); percentual execução/ deliberado 98,51%. FIA: R\$ 49.021.569,30 (quarenta e nove milhões e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), tendo executado (pagou) R\$ 42.257.952,11 (quarenta e dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos) e inscrito em restos a pagar inscritos R\$ 4.597.149,15 (quatro milhões quinhentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e nove reais e quinze centavos); percentual execução/ deliberado 95,58%. DEGASE: R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), tendo executado (pagou) R\$ 4.374.963,21 (quatro milhões trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos); percentual execução/ deliberado 99,43%. SEACJ: R\$ 3.789.258,00 (três milhões setecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais); percentual execução/ deliberado 0,00%. Prosseguiu correlacionando a exigência do artigo 5º e 7º da LC 178/2017 com a aplicação dos 25% em projetos sociais, informando que houve aplicação de aproximadamente 28% sobre a disponibilidade total em 2022. Acrescentou dizendo que se o cálculo fosse somente sobre as receitas do exercício, o índice aumentaria para aproximadamente 35%, recursos direcionados para a SEDSODH e FIA, basicamente. Abaixo foi feito um comparativo com despesas de custeio e de investimento, resultando em, aproximadamente, 87% R\$ 665.163.112,76 (seiscentos e sessenta e cinco milhões cento e sessenta e três mil, cento e doze reais e setenta e seis centavos) para custeio e 13% R\$ 94.866.994,77 (noventa e quatro milhões oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos) para investimento, sendo SEPOL - 86,06% custeio R\$ 90.685.654,01 (noventa milhões seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e um centavo) e 13,94% investimento R\$ 14.689.178,63 (quatorze milhões seiscentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e três centavos); SEPM - 62,24% custeio R\$ 132.139.212,66 (cento e dois milhões cento e trinta e nove mil, duzentos e doze reais e sessenta e seis centavos); 37,76% investimento R\$ 80.177.816,14 (oitenta milhões e cento e setenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e quatorze centavos) SEAP - 100% custeio R\$ 108.728.624,55 (cento e oito milhões setecentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte quatro reais e cinquenta e cinco centavos) SEGOV - 100% custeio R\$ 17.729.945,58 (dezessete milhões setecentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos); SEDSODH - 100% custeio R\$ 269.246.760,64 (duzentos e sessenta e nove milhões duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos); FIA - 100% custeio R\$ 42.257.952,11 (quarenta e dois milhões duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos); DEGASE - 100% custeio R\$ 4.374.963,21 (quatro milhões trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos); SEACJ - 0% custeio R\$ 0,00 (zero reais); 0% investimento R\$ 0,00 (zero reais); Dando sequência, iniciou a apresentação da LOA 2023, lembrando a deliberação ocorrida ano passado pelo Conselho sobre a PLOA 2023, conforme verificado na primeira linha da tabela seguinte, totalizando aproximadamente R\$726 milhões. Porém, após discussão na ALERJ e publicação da LOA, o valor subiu para aproxima-

damente R\$775 milhões, um acréscimo de mais de R\$48 milhões, sendo que a SEPOL recebeu aproximadamente R\$38 milhões e a SEPM, R\$10 milhões, mantendo-se os valores da PLOA para as demais secretarias. Após encerrar sua fala, devolveu a palavra a Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes que passou para a pauta de deliberação do Superávit Financeiro de 2022 (apurado pela SEFAZ) R\$ 259.338.563,19 (duzentos e cinquenta e nove milhões trezentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e três reais e dezenove centavos) descontado o valor relativo à desvinculação de receita de 30% (R\$ 77.801.568,96 (setenta e sete milhões oitocentos e um mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos) e reserva para ajustes R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ficando em R\$ 181.036.994,23 (cento e oitenta e um milhões e trinta e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e três centavos) a deliberar na 36ª reunião. Logo após, trouxe a proposta abaixo para distribuição do Superávit financeiro de 2022: SEPOL - Programas de trabalho 06.122.0002.2010: Prest. Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis. Combust. e Lubrific; ND 3390, valor R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais); PT 06.181.0478.2055: Operacionalização da Polícia Civil; ND 3390, valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); PT 06.122.0002.2016: Manut. Ativid. Operacionais / Administrativas; ND 3390, valor R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); PT 06.126.0435.4603: Gestão de Processamento de Dados; ND 3390, valor R\$ 21.218.041,08 (vinte e um milhões duzentos e dezoito mil e quarenta e um reais e oito centavos); PT 06.181.0478.8060: Gestão da Frota da Polícia Civil; ND 4490, valor R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); PT 06.181.0478.8250: Operacionalização da Polícia Técnico-Científica; ND 3390, valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); Valor total R\$ 91.818.041,08 (noventa e um milhões oitocentos e dezoito mil e quarenta e um reais e oito centavos). SEPM - PT 6.122.0002.2016: Manutenção das atividades Operacionais/ Administrativas; ND 3.3.90; valor R\$ 40.086.606,25 (quarenta milhões e oitenta e seis mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos); PT 06.181.0478.5519: Gestão e Operacionalização da Polícia Militar; ND 4.4.90; valor R\$ 40.969.488,53 (quarenta milhões novecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos); Valor total R\$ 81.056.094,78 (oitenta e um milhões e cinquenta e seis mil e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos). SEDSODH: R\$ 2.857.072,25 (dois milhões oitocentos e cinquenta e sete mil e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos). FIA: R\$ 1.516.527,63 (um milhão quinhentos e dezesseis mil quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos). SEIJES (SEACJ): R\$ 3.789.258,00 (três milhões setecentos e oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e oito reais). Esclareceu que as UG's manterão os seus saldos dos projetos já deliberados em 2022 e que a SEPOL devolveu e redistribuiu para outros órgãos o valor contingenciado de R\$56 milhões, em que deixou de executar projetos que havia planejado, em razão de outras necessidades do Governo apresentadas pela SEPLAG. Ainda, disse que o valor será importante especialmente para as instituições de segurança fazerem frente às suas despesas de custeio e que nem a SEPOL, nem a SEPM conseguiriam sequer cobrir seus contratos vigentes, com a dotação da LOA. Após, passou a palavra ao Coronel PM Renato de Souza Neto, da Secretaria de Estado de Polícia Militar que agradeceu a explanação feita pelo Sr. Monteze, ratificou a preocupação pela situação delicada pela qual passa o Estado, evidenciado pelo orçamento de 2023 e externou a necessidade de um esforço conjunto para cumprir as metas legais do Regime de Recuperação Fiscal e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Após, passou a apresentar o atual cenário da SEPM e a necessidade dos R\$40 milhões do Superávit para as suas despesas de custeio, a fim de subsidiar e facilitar a tomada de decisão do Conselho. Informou que a SEPM liquidou aproximadamente R\$252 milhões no exercício financeiro de 2022 e o que foi disponibilizado pela LOA para 2023 foi de R\$81 milhões, ou seja, pouco menos de 30% daquilo que foi pago em 2022. Isso demonstra a dificuldade que a SEPM terá pela frente para pagar suas despesas. Explicou que a SEPM passa por um verdadeiro drama tendo em vista que a necessidade orçamentária para 2023 é de R\$310 milhões, porém, a LOA foi aprovada com 81 milhões e, somente com combustível, foram pagos R\$121 milhões em 2022, portanto, com esse valor já não seria possível arcar nem com a despesa de combustível, muito menos com as demais despesas igualmente importantes e essenciais a fim de garantir a manutenção da operacionalidade da SEPM, mantendo-se as entregas de políticas públicas com a qualidade que o cidadão fluminense exige. O recurso de R\$ 7.392.334,95 (sete milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos) do FUS-PRJ, a SEPLAG se comprometeu a liberar para a SEPM na FR 2.501.145 (recursos da concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário - tesouro). O Dr. Felipe Derbli de Carvalho Baptista, da PGE, indagou sobre a exigência dos 25% dos gastos com projetos sociais em relação à deliberação do superávit e a Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes, da SEPOL, respondeu que a exigência legal já foi atingida, inclusive, acima desse limite, em 30%. O Sr. Gustavo Bispo da Silva da SEAP informou que no ano passado a SEAP só conseguiu encerrar o exercício graças ao FISED e neste exercício está necessitando de R\$ 15 milhões para distribuir entre três ações orçamentárias específicas: alimentação dos custodiados, concessionárias, e gestão do sistema logístico prisional e, portanto solicitou a viabilidade de propor a destinação desta parcela do Superávit deliberado hoje à SEAP. A Dra. Marcia, da SEPOL, pontuou que todas as secretarias estão com alguma dificuldade em razão do contingenciamento decorrente do teto de gastos e que a SEPOL e a SEPM estão necessitando desses recursos para levar adiante suas políticas públicas de segurança. O Sr. Gustavo Bispo da Silva, da SEAP, salientou que dos R\$15 milhões, o mais urgente é o valor de R\$5 milhões, referentes às tornezeleiras eletrônicas. A Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes, da SEPOL, informou que no ano 2022, a SEPOL, percebendo que não conseguiria executar os projetos, e diante de diversas demandas do MP e da necessidade de disponibilidade financeira do estado, redirecionou recursos para a SEPM, SEDSODH,

etc. e ao analisar o orçamento novamente decidiu então repassar R\$ 5 milhões do destinado à SEPOL para a SEAP. 1ª DELIBERAÇÃO: SUPERÁVIT 2022, conforme distribuição supramencionada, com a alteração de TRANSFERÊNCIA de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) da SEPOL à SEAP, ficando a SEPOL com o total de R\$ 86.818.041,08 (Oitenta e Seis Milhões e Oitocentos e Dezoito Mil e Quarenta e Um Reais e Oito Centavos); Desta forma, o colegiado deliberou da seguinte forma: APROVADO por maioria de votos, sendo: 8 (oito) votos a favor, sendo estes SEPOL, SEPM, SEAP, PGE, FIRJAN, ISP, SEDSODH, DEGASE. 2 (dois) votos contra, sendo estes SEDEC e SEGOV. O Cel. BM Rafael Paiva Vieira, da SEDEC, justificou o voto contrário, mantendo o posicionamento de que esses recursos deveriam ser divididos de forma igualitária e que aguardaria posicionamento a respeito da solicitação de R\$56 milhões de participação no fundo feita na última reunião. A Sra. Luciana Duarte de Costa Cardoso, da SEGOV justificou o voto contrário explicando que a SEGOV é responsável pelo programa Segurança Presente e Operação Lei Seca e embora a secretaria tenha executado somente 20% dos recursos destinados no ano de 2022, esse valor foi empregado nas operações policiais, incluindo o pagamento de combustíveis e manutenção dos veículos e viaturas, a fim de utilizar recursos de outras fontes para pagar os policiais militares participantes dos programas da Secretaria. O Sr. Hélio Domingos Frasso Corrêa Filho, do DEGASE, votou positivo, mas justificou o voto salientando que está passando pelas mesmas dificuldades com os acatados e que não tem condições de manter a alimentação e que pretende apresentar proposta de participação no superávit, via processo SEI e, por fim, o Sr. Marcio Fortes de Almeida, da FIRJAN, votou favorável, pedindo que fossem registradas as pretensões da SEDEC, SEAP e DEGASE. O Sr. José Carlos Costa Simonin, Subsecretário de Governança, Compliance e Gestão, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH pediu a palavra e convocou o Sr. José Roberto Cabral Mendonça, Superintendente da SEDSODH para explanar sobre o programa SUPERA/RJ. Salientou que no ano de 2022 executou quase 100% dos recursos do FISED com o programa SUPERA/RJ, que representou R\$268.978.470,00 (duzentos e sessenta e oito milhões novecentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta reais) e este ano, o orçamento deliberado do FISED para 2023 foi de R\$186.030.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e trinta mil reais), bem abaixo do valor de 2022 executado efetivamente. Dentro dessa linha, foram contidos R\$30.268.000,00 (trinta milhões duzentos e sessenta e oito mil reais), ou seja, só estaria disponível para a execução, nesse primeiro momento R\$155.762.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Milhões e Setecentos e Sessenta e Dois Mil Reais), já descontando a execução de janeiro, porque fevereiro a execução ocorreu com fonte do tesouro, dada a antecipação que teve com a ajuda do Conselho. Informou que, para fechar as despesas até 31 de dezembro, possui R\$134.264.000,00 (cento e trinta e quatro milhões duzentos e sessenta e quatro mil reais) e para manter a execução em 2023, precisaria de recursos do FISED, senão, não teria como atender ao SUPERA/RJ 2023. O Cel. PM Renato de Souza Neto, da SEPM, sugeriu que diante das demandas levantadas, fosse marcada uma próxima reunião dentro de 2 meses para que cada secretaria apresentasse o seu cenário orçamentário e todos pudessem examinar a matéria como um todo e, desta forma, o FISED possa contemplar cada secretaria no seu grau de necessidade. O Dr. Felipe Derbli de Carvalho Baptista, da PGE, solicitou a gentileza de realizar o aviso das reuniões do FISED com um pouco mais de antecedência. A Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes, da SEPOL, ressaltou que a deliberação do superávit não resolve o contingenciamento, que é para atender uma necessidade de execução mais urgente. O Cel. PM Renato de Souza Neto, da SEPM, citando a fala do Sr. Anderson Monteze, da SEPLAG, salientou que não está sendo dado crédito adicional ao orçamento. A secretaria solicitante receberá R\$5 milhões, de fonte 103, e terá que contingenciar outros 5 milhões de fonte 100, por exemplo. O Sr. Anderson Monteze, da SEPLAG, fazendo uma observação, esclareceu que o contingenciamento não é anulação de orçamento, pois, contingenciar é limitar o poder de empenho. Por maioria dos votos, foi aprovada a deliberação do superávit financeiro com a alteração de R\$5 milhões que serão destinados à SEAP, de origem da SEPOL. 2ª DELIBERAÇÃO: REALOCAÇÃO DE RECURSOS MEDIANTE APROVAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO FISED, SEM NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO PELO CONSELHO. A Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes, da SEPOL, propôs que a realocação não necessite ser submetida ao conselho, pois o recurso já fora destinado à Secretaria, sendo apenas uma questão de alteração de programa de trabalho dentro da própria secretaria, um rearranjo operacional de execução, que visa dar mais celeridade e atender de forma mais efetiva as necessidades de urgência da secretaria, sempre, claro, atendendo às questões legais. Desta forma, o colegiado deliberou da seguinte forma: APROVADO por unanimidade, 10 (dez) votos a favor, sendo estes SEPOL, SEPM, PGE, SEDEC, FIRJAN, SEGOV, ISP, SEDSODH, DEGASE, SEAP. O Sr. Marcio Fortes de Almeida, da FIRJAN, solicitou o esclarecimento sobre o art. 4º, da Lei do FISED, a respeito do pagamento de premiação resultante do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados, pagamentos de turnos adicionais e/ou com escalas diferenciadas se esses tipos de pagamentos seriam considerados pagamentos de pessoal e questionou a proibição de uso já que consta na própria legislação do FISED. O Cel. PM Renato de Souza Neto, respondeu que apesar da Lei Estadual do FISED autorizar, a lei federal de distribuição dos royalties do petróleo não permite, por conta disso, o voto do TCE foi de não se fazer pagamento de pessoal no sistema de metas e desde então não se utiliza para pagamento de pessoal de nenhum tipo. Avisos gerais: Reuniões ordinárias em 2023: 02/03, 20/07 e 14/12 (15h - CICC); Transição da gestão do FISED em junho para a SEPM. E como nada mais foi dito, a Sra. Del. Pol. Márcia Cristina Xavier Lopes, DGAF - SEPOL deu por encerrada a reunião às 17h28min, agradecendo a presença de todos. Processo nº SEI-350102/000468/2023.

Id: 2468144

UM ESTADO SÓ É BOM PARA INVESTIR QUANDO É BOM PARA VIVER

SABE O QUE O GOVERNO DO ESTADO FAZ PARA ATRAIR EMPRESAS PARA O RIO DE JANEIRO? TRABALHA PARA MELHORAR A SUA VIDA.

O estado do Rio de Janeiro é um lugar cada vez mais confiável e seguro para abertura de novos negócios. Além do equilíbrio de contas públicas e da redução de impostos, o Governo do Estado investiu em saúde para superar a pandemia, educação e segurança, reduzindo os índices de violência. O resultado é uma vida melhor e com mais otimismo, mais empresas e mais de **R\$ 74 bilhões** de investimentos pelo setor privado em 2022.

Tudo isso não é por acaso. É pela confiança no trabalho que vem sendo realizado.

TUDO QUE UMA EMPRESA QUER O RIO DE JANEIRO AGORA TEM.

#RJpronto
INVISTA NO RIO DE JANEIRO
Saiba mais em www.rj.gov.br

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO